

n à Lei de Acesso a Informações



Alan Marques - 26 ago. 11 / Folhapress

documentos confidenciais no Itamaraty, em Brasília

## PRINCIPAIS DIFICULDADES

## ANÁLISE

# Legislação é ampla, mas possui pontos insatisfatórios

GREGORY MICHENER  
ESPECIAL PARA A FOLHA

A Lei de Acesso a Informações Públicas recém-aprovada no Brasil satisfaz a 4 dos 6 critérios de uma lei eficaz. Seu âmbito de aplicação é amplo, abrangendo todos os ramos e níveis do governo, bem como empresas estatais.

De modo semelhante às leis mais eficazes do mundo, a brasileira defende a "publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção".

Mas ela vai além e inova ao prever a disponibilização de informações primárias em formatos legíveis por computador, permitindo que cidadãos pesquisem e reutilizem dados do governo.

Em outras áreas fundamentais, a lei brasileira reflete padrões internacionais, prevendo procedimentos claros para a solicitação de informações e punindo funcionários ou autoridades que neguem, escondam ou destruam informações ilegalmente.

No entanto, a lei deixa a desejar quando o assunto são as informações reservadas. Enquanto o padrão é haver apenas uma categoria, o Brasil possui três: ultrassecreta, secreta e reservada.

Além disso, o prazo de 25 anos de sigilo é maior que os prazos do Uruguai (15), México (10) e Chile (5).

Outro problema é que a agência fiscalizadora, a Controladoria-Geral da União, não tem a independência apropriada nem é dedicada apenas aos direitos de informação, ao contrário do que sugerem as melhores práticas internacionais.

O desafio será a CGU assumir liderança na implementação da lei.

Isso vai exigir atenção pa-

**PREPARO**  
Será preciso criar uma "rotina de transparência" para garantir a atualização das informações na internet e correto armazenamento de dados

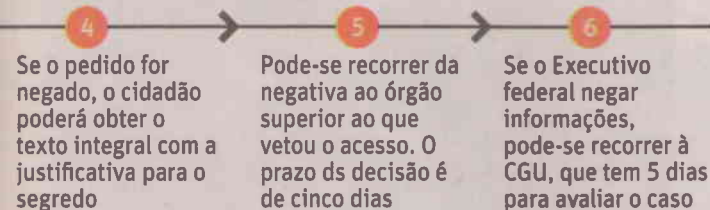
**CUSTO** Levantamento da CGU mostra que Chile e Austrália gastam cerca de US\$ 10 milhões por ano para manter

**AMPLIAÇÃO A**  
manutenção dos sites, sua atualização e a criação dos serviços de informações ao cidadão deverão exigir contratação de novos funcionários

## PRINCIPAIS DÚVIDAS

**SIGILO** Não está claro quais dados estatais deverão deixar constantemente à disposição para consulta

**PRIVACIDADE**  
A lei não deixa claro se



# obstáculo a informações

dois motivos apontados por especialistas

idade brasileira. "Temos cidadãos onde não há nem telefone na prefeitura", afirma.

A Lei de Acesso brasileira é considerada uma das mais modernas entre as cerca de 90 existentes no mundo. É também a mais abrangente.

"Nenhuma nação tomou a decisão de incluir os três Poderes, os três níveis da Federação e empresas estatais, au-

Prevê ainda a criação, em cada órgão, de um serviço de informação ao cidadão.

Vânia Vieira, diretora de Prevenção da Corrupção da CGU (Controladoria-Geral da União), afirma ser "natural que os problemas sejam maiores nos municípios", tanto pela estrutura quanto pelos recursos disponíveis.

Além disso, para que os ór-

existentes no mundo. É também a mais divergente. “Nenhuma nação tomou a decisão de incluir os três Poderes, os três níveis da Federação e empresas estatais, autarquias e outros órgãos financiados com recursos do contribuinte”, diz Guilherme Canella, coordenador de Comunicação e Informação da Unesco no Brasil. A lei prevê a elaboração de regras específicas em Estados, Distrito Federal e municípios.

quem vai cumprir o que [regras das] informações públicas], [Estado. (...) Vamos [com] a lei, mas não vejo [sua] implementação [em] alguns anos

ção Nacional de Municípios

Alan Marques - 30.nov.2011/Folhapress



ção de votação do plenário

União), afirma ser “natural que os problemas sejam maiores nos municípios”, tanto pela estrutura quanto pelos recursos disponíveis.

Além disso, para que os órgãos entreguem as informações solicitadas, é preciso haver registro e gestão dos documentos — uma obviedade que, segundo Vieira, é um “drama na administração pública brasileira”.

Com lei semelhante aprovada em 2002, o México vive o mesmo problema, diz ela.

Segundo Claudio Weber Abramo, diretor-executivo da Transparência Brasil, a capacidade de organização hoje existente é maior na esfera federal. Nos Estados e municípios mais pobres, diz ele, “a falta de estrutura mínima é generalizada”.

“O que os gestores precisam perceber é que essa racionalização trará benefícios econômicos”, diz ele.



sugerem as melhores práticas internacionais.

O desafio será a CGU assumir liderança na implementação da lei.

Isso vai exigir atenção para a criação e o treinamento de unidades de informação nos entes governamentais, para processar solicitações.

Também vai exigir a criação de regulamentos internos para o processamento das solicitações, além da atualização da legislação complementar — como a lei de arquivos, que vai ajudar as autoridades a localizar e fornecer informações ao público.

Finalmente, para que a lei funcione, os cidadãos precisam usá-la, o que significa que é necessário conscientizar o público sobre ela.

GREGORY MICHENER é doutor em ciências políticas pela Universidade do Texas, professor do Ibmeq (MG) e especialista em leis de acesso a informações públicas.

## ‘Revolta’ no Senado leva governo a temer traição do PMDB em votações

Por meio de José Sarney, partido cobra mais atenção do Planalto

ANDRÉIA SADI  
MÁRCIO FALCÃO  
CATIA SEABRA  
DE BRASÍLIA

Com aval de líderes do partido, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), enviou nos últimos dias um “recado” à presidente Dilma: seu partido, o PMDB, está insatisfeito e quer mais interlocução com o Planalto.

Atritros com os peemedebistas, maior aliado do governo no Congresso, são motivo especial de preocupação para o Executivo agora devido à votação da DRU (Desvinculação das Receitas da União), que libera o gasto de 20% das receitas federais.

O aviso se deu em uma operação comandada por Sarney, que tumultuou a sessão do Senado na última quarta. Quebrando acordo, ele colo-

cou em votação o projeto que regulamenta a chamada emenda 29, que pode aumentar substantivamente os gastos em saúde pública.

A ação pegou de surpresa e irritou Dilma.

No Planalto, também foi interpretada como um sinal de que o PMDB estaria disposto a criar dificuldades para votação da DRU, que tem de ser aprovada até o final do ano para poder se aplicada.

Congressistas afirmam que “a rebelião sarneyzista” tem como pano de fundo reforçar o espaço do partido às vésperas da reforma ministerial.

Em 2011, a sigla esteve envolvida em escândalos e teve que trocar dois ministros por suspeitas de corrupção, além de perder outro por desentendimento com Dilma.

Por sugestão do vice-presidente, Michel Temer, Dilma

fez durante o ano uma rodada de almoços no Palácio do Alvorada para se aproximar dos aliados no Senado.

Mas o gesto foi pontual. No dia a dia, a presidente delegou a tarefa política a Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral).

Segundo relatos, Sarney reclama de Dilma e a compara ao ex-presidente Lula, que o recebia “de 15 em 15 dias”.

Os peemedebistas tentaram minimizar o desconforto. “Não há nenhuma insatisfação”, disse Sarney.

Sarney disparou telefonemas para tentar explicar o episódio de quarta. Disse que foi um mal-entendido e que teria lido o projeto na expectativa de que o líder do PT, Humberto Costa (PE), dissesse que não havia acordo para votar a proposta.